23 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no primeiro dia útil seguinte à publicação na 2.ª série do *Diário da República*, na página eletrónica da FLUL e, por extrato, no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, num jornal de expansão nacional.

24 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, «A Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação».

25 — Composição do Júri:

Presidente: Lic. Ricardo Manuel Pereira Sousa Reis, Diretor Executivo da FLUL.

1.º Vogal Efetivo: Lic.ª Anabela Choupina Martins Machado, Coordenadora da Divisão de Serviços Académicos da FLUL.

2.º Vogal Efetivo: Mestre Lília Maria Feteira da Silva Aguardenteiro Pires, Coordenadora do Núcleo de Apoio ao Estudante da Divisão de Serviços Académicos da FLUL.

1.º Vogal Suplente: Mestre Marisa João Lopes Salvador, Coordenadora do Núcleo de Acreditação e Avaliação de Cursos da Divisão de Serviços Académicos da FLUL.

2.º Vogal Suplente: Lic.ª Ana Elisabete Marques de Matos, Técnica Superior do mapa de pessoal da FLUL.

O presidente do Júri será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo vogal que lhe suceder na ordem supra referida.

22 de março de 2018. — O Diretor, *Prof. Doutor Miguel Bénard da Costa Tamen*.

311276004

Despacho n.º 4189/2018

Ouvido o Conselho Científico, aprovo, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 28 dos Estatutos:

a) A criação e nomeação da Comissão de Ética para a Investigação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

b) O seu regulamento, que vai em anexo ao presente despacho e dele faz parte integrante.

Nos termos no n.º 2 do artigo 4 do referido Regulamento, são nomeados como membros da Comissão de Ética para a Investigação:

Professora Doutora Inês Duarte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Professor Doutor Viriato Soromenho-Marques, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Professor Doutor José Ramos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Professor Doutor Arnaldo Espírito Santo, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Professor Doutor António Vaz Carneiro, Centro de Estudos de Medicina Baseada na Evidência, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa;

Professora Doutora Carmo Fonseca, Instituto de Medicina Molecular, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

23 de março de 2018. — O Diretor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, *Miguel Tamen*.

Regulamento da Comissão de Ética para a Investigação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

O presente regulamento define a competência, a composição e a duração do mandato da Comissão de Ética para a Investigação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

I

Definição e Competências

Artigo 1.º

Objeto

O presente regulamento estabelece as regras de atuação da Comissão de Ética para a Investigação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CEI).

Artigo 2.º

Definição

A Comissão de Ética para a Investigação (CEI) é um órgão colegial e independente cuja missão é zelar pela observância e promoção de padrões de qualidade ética nas atividades de investigação das unidades que integram a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL) e na conduta dos seus membros. Constituem elementos referenciais para a atuação da Comissão de Ética os seguintes documentos: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Declaração de Helsínquia (1964), com as correções da 29.ª Assembleia Geral (AG) de Tóquio (1975), 35.ª AG de Itália (1983), 41.ª AG de Hong Kong (1989), 48.ª AG da República da África do Sul (1996), 52.ª AG de Edimburgo, Escócia (2000), 53.ª AG de Washington (2002), 55.ª AG de Tóquio (2004) e da 59.ª AG de Seul (2008); o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016, que revoga a Diretiva 95/46/CE; o Código de Conduta e Boas Práticas da Universidade de Lisboa (2015); e o Regulamento Geral de Prestação de Serviço dos Docentes da Universidade de Lisboa (2015).

Artigo 3.º

Competências

1 — À Comissão de Ética para a Investigação compete a análise de questões que suscitem problemas éticos no âmbito das atividades de investigação das unidades que integram a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, bem como da conduta dos seus membros, designadamente quando digam respeito a projetos, supervisão e formação avançada, ou ainda a atividades de extensão universitária no domínio da investigação.

2 — São da área de competência da CEI os trabalhos de investigação realizados nas unidades que integram a FLUL, em particular, aqueles que envolvam, sob qualquer forma, participantes humanos e/ou animais, a recolha e processamento de dados pessoais sensíveis, o uso de elementos que possam afetar o meio ambiente (pessoas, fauna, flora, áreas protegidas), ou a segurança de membros da equipa de investigação.

3 — No exercício das suas competências, a CEI terá em especial atenção as declarações e diretrizes internacionais sobre ética.

4 — Cabe à CEI, reunida em plenário, elaborar por escrito pareceres e recomendações nas matérias da sua competência.

5 — Sempre que necessário, a CEI pode solicitar a terceiros toda a informação que considere relevante para emitir pareceres e recomendações.

II

Composição, Membros e Funcionamento

Artigo 4.º

Composição da Comissão de Ética para a Investigação e mandato dos seus membros

1 — Os membros da Comissão devem incluir um docente em exercício ou aposentado em representação de cada Área da FLUL e dois membros externos à FLUL.

2 — Os membros da Comissão são nomeados pelo Conselho Científico da FLUL, sob proposta do Diretor.

3 — A CEI elege, de entre os seus membros, um Presidente e um Vice-Presidente.

4 — A duração do mandato dos membros da CEI é coincidente com a do mandato do Diretor da FLUL.

5 — Qualquer membro da Comissão pode renunciar ao seu mandato, mediante declaração escrita ao Diretor da FLUL, devendo-se manter em funções até à nomeação de novo membro.

6 — Em casos justificados (como ausência, impedimento, ou conflito de interesse), podem ser nomeados substitutos/as de membros da Comissão em exercício, seguindo o processo disposto no n.º 2.

7 — Os membros da CEI, incluindo o seu Presidente e Vice-Presidente, não recebem pela sua atividade qualquer remuneração direta ou indireta.

Artigo 5.º

Obrigações

Os membros da CEI devem:

1 — Exercer as competências da Comissão, colocando ao serviço desta tarefa todo o seu empenho e conhecimentos;

2 — Manter sigilo e confidencialidade quanto às matérias tratadas nas reuniões da Comissão.

Artigo 6.º

Funcionamento

1 — As questões a apreciar pela CEI devem ser enviadas, por escrito, ao Presidente da Comissão.

2 — Estas serão entregues, para elaboração de proposta de parecer ou recomendação, a um relator, escolhido entre os membros da Comissão.

3 — Elaborada a proposta de parecer ou recomendação, esta será discutida e submetida a votação em plenário da Comissão.

4 — Os pareceres e recomendações aprovados são enviados ao Diretor da FLUL, para comunicação aos interessados.

5 — Todos os documentos de trabalho da Comissão, à exceção dos pareceres e recomendações aprovados em plenário, deverão circular exclusivamente entre os membros da CEI.

Artigo 7.º

Competências do Presidente e do Vice-Presidente

1 — Cabe ao Presidente da CEI:

- a) Convocar as reuniões da Comissão e definir a respetiva ordem de trabalhos;
- b) Presidir às reuniões e orientar os respetivos trabalhos;
- c) Zelar pelo encaminhamento e divulgação dos pareceres e recomendações emitidos, junto dos interessados, bem como pelo cumprimento do que neles se encontrar estabelecido;
- d) Assegurar a representação da Comissão.

2 — Cabe ao Vice-Presidente da CEI:

- a) Substituir o Presidente em caso de impedimento deste;
- b) Assessorar o Presidente na condução dos trabalhos da CEI.

Artigo 8.º

Reuniões

1 — A CEI reúne sempre que convocada pelo seu Presidente.

2 — A convocatória de cada reunião é enviada com, pelo menos, sete dias de antecedência, mencionando a data, hora e local da reunião e a respetiva ordem de trabalhos.

3 — Nas reuniões da CEI apenas participam e votam os seus membros.

4 — Os atos deliberativos estão condicionados à presença de pelo menos metade dos membros da Comissão.

5 — De cada reunião, será lavrada a respetiva ata, em que constarão a data, hora e local da reunião, a lista dos membros presentes, a ordem de trabalhos, bem como os pareceres e recomendações resultantes da reunião.

6 — A ata é sujeita a aprovação pelos membros da CEI presentes na reunião nos sete dias seguintes à sua realização, por correio eletrónico.

III

Disposições finais

Artigo 9.º

Alterações

Qualquer alteração do presente regulamento é da competência exclusiva da CEI e deve ser votada por unanimidade.

Artigo 10.º

Omissões

No que o presente regulamento for omissivo, vigoram os princípios e regras gerais de Direito e, se aplicável, o Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 11.º

Entrada em Vigor

O presente regulamento entra imediatamente em vigor.

311269177

Despacho n.º 4190/2018

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 44.º do Regulamento de Estudos de Pós-Graduação da Universidade de Lisboa, publicado por Despacho n.º 7024/2017, no *Diário da República*,

2.ª série, n.º 155, de 11 de agosto, o Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa aprovou, em reunião plenária de 06 de novembro de 2017, o Regulamento Geral para Ciclos de Estudos de 3.º Ciclo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, publicado em anexo ao presente despacho.

11 de abril de 2018. — O Presidente do Conselho Científico, *Professor Doutor Miguel Tamen*.

Regulamento Geral de 3.ºs Ciclos de estudo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Preâmbulo

Nos termos do artigo 44.º do Regulamento de Estudos de Pós-Graduação da Universidade de Lisboa, publicado por Despacho n.º 7024/2017, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 11 de agosto, o Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa aprova o presente regulamento.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Enquadramento jurídico e âmbito de aplicação

O presente Regulamento é aprovado ao abrigo do Regulamento de Estudos de Pós-Graduação da Universidade de Lisboa publicado por Despacho n.º 7024/2017, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 155, de 11 de agosto e aplica-se a todos os ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, estabelecendo as linhas gerais a que devem obedecer as normas regulamentares específicas de cada doutoramento.

Artigo 2.º

Atribuição do grau de doutor

1 — O grau de doutor é conferido pela Universidade de Lisboa, através da Faculdade de Letras, aos que demonstrem satisfazer os seguintes requisitos:

- a) Capacidade de compreensão sistemática num domínio científico de estudo;
- b) Competências, aptidões e métodos de investigação associados a um domínio científico;
- c) Capacidade para conceber, projetar, adaptar e realizar uma investigação significativa respeitando as exigências impostas pelos padrões de qualidade e integridade académicas;
- d) Ter realizado um conjunto significativo de trabalhos de investigação original ou de produção artística que tenham contribuído para o alargamento das fronteiras do conhecimento, das artes e da cultura e que mereçam a divulgação nacional ou internacional em publicações com comité de seleção ou em manifestações culturais e artísticas de elevado nível;
- e) Ser capazes de analisar criticamente, avaliar e sintetizar ideias novas e complexas;
- f) Ser capazes de comunicar com os seus pares, a restante comunidade académica e a sociedade em geral sobre a área em que são especializados;
- g) Ser capazes de, numa sociedade baseada no conhecimento, promover, em contexto académico e ou profissional, o progresso tecnológico, social ou cultural.

2 — A Universidade de Lisboa, através da Faculdade de Letras, confere o grau de doutor num dos seus ramos de conhecimento, podendo este, quando aplicável, ser desdobrado numa sua especialidade.

Artigo 3.º

Organização do ciclo de estudos

1 — O ciclo de estudos conducente ao grau de doutor integra a elaboração de uma tese original, expressamente elaborada para esse fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade.

2 — O Conselho Científico da Faculdade de Letras pode autorizar que, em condições de exigência equivalentes, devidamente justificadas tendo em consideração a natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade, a elaboração de uma tese original seja substituída:

- a) Pela compilação, devidamente enquadrada por uma introdução, revisão bibliográfica, discussão e conclusões gerais, de um conjunto